



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 30932 - DF (2025/0000153-4)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
IMPETRANTE : PUSKAS BET ADMINISTRADORA DE APOSTAS ESPORTIVAS
LTDA
ADVOGADOS : MARÍLIA MOTTIN BORGES - RS079963
MANUELA MOTTIN BORGES - RS072424
IMPETRADO : MINISTRO DA FAZENDA
INTERES. : UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de Mandado de Segurança impetrado contra o Ministro de Estado da Fazenda em decorrência da não inclusão da impetrante na lista dos operadores habilitados a explorar a modalidade de apostas de quota fixa.

Consta da petição inicial que a impetrante é sociedade empresária cuja atividade consiste na exploração de apostas de quota fixa por meio das marcas Puskas Bet, Shelbybet e Footbet.Bet. Narra que se encontra em processo de regularização operacional, segundo os parâmetros da Portaria SPA/MF n. 827/2024, na Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA), órgão vinculado ao Ministério da Fazenda.

Sustenta a impetrante que a Lei n. 14.790/2023 promoveu alterações na Lei n. 13.756/2018, estabelecendo regras e condições para a obtenção de autorização para exploração comercial da modalidade lotérica de apostas de quota fixa, entre as quais a delegação, ao Ministério da Fazenda, do papel de estabelecer condições e prazos para a adequação das pessoas jurídica que, como ela, já se encontravam em operação no território nacional.

Em 20 de agosto de 2024, a empresa afirma que apresentou requerimento de autorização, instruído de documentação (Protocolo 112/2024), mas o pleito foi sumariamente arquivado, motivado pela necessidade de pagamento da guia de outorga no valor de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais).

Aduz que o montante acima não é "minimamente razoável" (fl. 5), pois implica violação do direito líquido e certo de exploração da atividade empresarial, submetida aos princípios da livre iniciativa, da livre concorrência e da função social da propriedade. Invoca o art. 5º da Portaria SPA/MF n. 1.475/2024 para defender, à luz do princípio da legalidade, que foi atribuída à autoridade administrativa, como parâmetro para análise do pedido de autorização para a atividade empresarial, apenas a verificação a respeito do cometimento de atos ilícitos, o interesse nacional e a proteção dos interesses da coletividade. Assim, no entendimento da impetrante, a exigência do recolhimento da elevada quantia encontra-se fora das "alternativas disponíveis" (fl. 6). Tal circunstância torna-se ainda mais evidente quando se leva em consideração a existência

da Lei n. 13.874/2019, a qual "reforça o direito de empreender, protegendo as atividades econômicas de barreiras regulatórias excessivas e burocráticas que inviabilizem a inovação e a competitividade. A exigência de pagamento prévio da outorga, cria uma reserva de mercado velada, dificultando o ingresso de novos players no setor e prejudicando a livre atuação de empresas devidamente regularizadas" (fl. 6).

Finaliza sua argumentação com as assertivas de que a "exigência de depósito prévio do valor de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) no curto prazo estipulado, como condição para a continuidade do processo de autorização regulatória para exploração de apostas de quota fixa, apresenta notáveis semelhanças com a antiga prática da aquisição de **Carta Patente**, anteriormente imposta às seguradoras sob a supervisão da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)" (fl. 7) e de que o encerramento sumário de suas atividades acarretará graves impactos sociais e econômicos, por afetar as famílias dependentes dos empregos diretos e indiretos, reduzir a arrecadação de tributos, etc.

Requer, dessa forma, a concessão de liminar para determinar sua inclusão na lista de empresas autorizadas a atuar no mercado de *Bets* nacional, acompanhada de ordem para que a autoridade impetrada se abstenha de adotar medidas para impedir ou restringir de qualquer forma o exercício de sua atividade empresarial.

É o **relatório**.

Decido.

Recebi os autos em 2 de janeiro de 2025.

Em juízo de natureza precária, não verifico a presença de elementos para a concessão da medida liminar pleiteada.

Em primeiro lugar, porque o Mandado de Segurança pressupõe a apresentação de prova pré-constituída do direito líquido e certo, o que não se encontra presente nos autos, pois a impetrante limitou-se a juntar cópia de seus atos constitutivos, do DOU de 31.12.2024 (lista das empresas cuja outorga foi deferida pela SPA/MF, sem referência a ela) e da legislação federal invocada.

Não há, em princípio, prova de apresentação do requerimento dirigido ao órgão vinculado à autoridade impetrada, nem da decisão ou ato que alegadamente determinou o mencionado arquivamento sumário do pedido administrativo. Trata-se de provas importantes, inclusive, para o efeito de definir – a partir da identificação do responsável pelo hipotético arquivamento sumário – a própria competência do STJ, a qual se restringe ao julgamento do *writ* contra atos praticados diretamente por ministros de Estado.

Aliás, a ausência de tal prova retira deste juízo, também, segurança para concluir se a impetração respeitou ou não o prazo decadencial, pois, pelo que se infere dos autos, o ato coator não consistiu em omissão (ausência de inclusão da empresa na lista de autorizadas), mas em ato comissivo, isto é, o comando para arquivamento sumário do pedido administrativo, cuja data não foi mencionada, nem tampouco provada.

Não bastasse isso, também não se verifica, neste momento, plausibilidade na tese de ilegalidade, pois a parte impetrante faz referência aos atos infralegais, como se a estipulação do montante de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) tivesse sido neles estabelecida, sem observar, contudo, que a exigência do recolhimento de quantia representativa da contraprestação pela outorga encontra expressa previsão na lei em

sentido restrito (art. 12, parágrafo único, da Lei n. 14.790/2023). O dispositivo legal estipula o teto e, ao contrário do que sugere a impetrante em sua petição inicial, a regulamentação infralegal, além de não ter originalmente estabelecido a quantia devida, encontra-se dentro da baliza estabelecida na norma de hierarquia superior.

Assim, ainda que fosse possível superar a ausência de lastro probatório mínimo (repita-se, não juntado na documentação que instruiu a petição inicial), não há, em tese, ilegalidade, pois a exigência possui expressa previsão legal – o que deslocaria a discussão para eventual compatibilidade do dispositivo com a Constituição Federal.

Pelas razões acima, **indefiro o pedido de liminar.**

Notifique-se a autoridade coatora, assim como seu órgão de representação judicial, para os fins do art. 7º, I e II, da Lei n. 12.016/2009.

Remetam-se os autos ao Ministro relator designado.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 03 de janeiro de 2025.

Ministro Herman Benjamin
Presidente